

## **Intervenção sobre a Proposta nº 600/2016 - Orçamento 2017, Grandes Opções do Plano 2017-2020, Mapa de Pessoal e Tabela de Taxas Municipais para 2017, na Assembleia Municipal de Lisboa de 22 de Novembro de 2016**

Após analisarmos a proposta de Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa para 2017 e as Grandes Opções do Plano, Os Verdes gostariam de salientar alguns aspectos.

Ao olharmos para os números apresentados, a situação financeira do município é favorável e sustentável, tal como foi apresentado pelo Sr. Vereador.

Mas um Orçamento é muito mais do que estes números e reflecte opções e prioridades, sendo aqui que residem as nossas divergências relativamente a esta proposta.

Este Orçamento de 775,1 milhões de euros é dos maiores orçamentos que passaram pela Câmara.

No que respeita a receitas temos um aumento de 28,8 milhões de euros em impostos directos face a este ano, representando um encaixe de 342,6 milhões de euros, o que em grande parte se deve ao aumento da receita com o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), mas não só.

Entre taxas, multas e outras penalidades há um aumento de quase 11 milhões de euros, para 77,3 milhões de euros, valor em que se inclui a receita com a Taxa de Protecção Civil (18,9 milhões) e com a Taxa Turística (15,7 milhões).

Comparando com 2015, o aumento é ainda maior, o que revela uma subida consecutiva da carga fiscal sobre os munícipes ao longo dos anos.

É preciso esclarecer que este dinheiro com que a Câmara está a contar não cai do céu, sai dos bolsos dos lisboetas.

É de salientar que se mantém a proposta de devolução de parte do IRS aos munícipes, à qual já nos opusemos no ano passado, uma vez que apenas favorece quem tem rendimentos mais altos, e não todos, o que nos parecia mais justo e correcto.

Sobre o Fundo de Desenvolvimento Turístico, que tem inscrita uma verba de 11,3 milhões de euros, queremos apenas reforçar o que já dissemos no ano passado: considerámos na altura que a taxa turística não ia servir a cidade nem os seus interesses e este fundo é bem demonstrativo das nossas preocupações e reservas.

No próximo ano, a autarquia espera também mais 29,6 milhões de euros com as receitas de capital, essencialmente devido à alienação de activos não estratégicos, ou seja, edifícios municipais que não são considerados como necessários para o Município. Também é com preocupação que vemos a continuação deste princípio.

Neste Orçamento está também prevista a criação de um fundo de mobilidade urbana, de 15 milhões de euros, para financiar a gestão da Carris, suportado por receitas de

estacionamento, multas de trânsito e do Imposto Único de Circulação. Sobre esta matéria temos grandes reservas, que passamos a elencar.

Em primeiro lugar, a Carris opera em vários concelhos, não apenas em Lisboa. Ou seja, tem um âmbito territorial que extravasa a área do Município. Depois, os meios de transporte da cidade, todos os meios de transporte, devem ter uma gestão integrada. Foram vários os debates sobre transportes que já tivemos aqui nesta Assembleia e sempre defendemos uma gestão integrada através de uma Autoridade Metropolitana de Transportes.

Logo, a gestão da Carris sob a responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal de Lisboa contraria completamente este princípio que defendemos e que consideramos ser o mais adequado e capaz de dar uma resposta eficaz perante o desafio que os transportes na Área Metropolitana de Lisboa representam e perante a situação caótica em que se encontram. Precisamente por isso, precisamos de uma resposta eficaz a nível metropolitano e integrado.

Mas as nossas reservas não ficam por aqui, porque há ainda as questões financeiras. A Carris, assim como outras empresas de transporte, tem vindo a ser alvo de desinvestimentos e apresenta sérios problemas e carências, estando cada vez mais afastada do que é um verdadeiro serviço público de transportes. Esta situação representa um esforço financeiro muito grande, mesmo sem o seu passivo, que se manterá no Estado.

Para além disto tudo, há ainda uma desresponsabilização do poder central na prestação de um serviço que se devia manter sob sua responsabilidade.

A proposta de Orçamento que agora discutimos também reflecte diversas opções do executivo do Partido Socialista com as quais não concordamos e podemos dar o exemplo da própria Reorganização Administrativa e a Descentralização, cujas consequências são visíveis não só a nível dos municípios, mas também dos trabalhadores e dos próprios serviços, ou as opções inscritas e permitidas a nível de gestão urbanística com o Plano Director Municipal actualmente em vigor.

Já há muito que vimos alertando para o esvaziamento da Câmara, que passa tudo o que pode e o que não pode para as empresas municipais.

Além desta situação representar uma desresponsabilização do papel da Câmara, dificulta a fiscalização da actividade por parte de todos nós, enquanto eleitos. A verdade é que não são entidades independentes, mas sim municipais, mas também é verdade que a Câmara assim que pôde libertou-se dessas responsabilidades, nas mais diversas áreas, e a fiscalização feita não é a mesma.

Sobre o Mapa de Pessoal, que deve conter a totalidade dos postos de trabalho necessários para cumprimento das actividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a execução do orçamento, e apesar de a CML referir a intenção de resolver no próximo ano alguns dos problemas e de se poder iniciar a abertura em 2017 de procedimentos concursais com vista à resolução dos vários processos de mobilidade e de colmatar a carência de pessoal, há ainda situações que merecem alguma atenção e preocupação.

É necessário que todas as situações de mobilidade sejam resolvidas e estejam consolidadas definitivamente.

É preocupante a idade média dos trabalhadores do Município, pelo que será necessário tomar medidas que tenham em conta o rejuvenescimento do mapa de pessoal.

Há uma tendência ao longo dos anos de redução do número de postos de trabalho efectivamente ocupados e do número de vagas disponíveis, principalmente quando olhamos para os sectores operacionais.

Mantém-se o objectivo de esvaziar a CML através da transferência de trabalhadores para as Juntas de Freguesia e para a EGEAC, com externalizações e concessões, o que afecta a capacidade operacional do Município, sendo uma opção política com a qual Os Verdes não concordam e que temos recorrentemente contestado.

O Mapa de Pessoal apresenta uma diminuição de 139 postos de trabalho previstos, face a 2016.

Para 2017 há apenas 7271 postos ocupados, menos 85 face a 2016. A nível dos postos de trabalhos vagos passamos de 519 para 556.

Assim, a prioridade deverá ser o reforço do número de trabalhadores nos mais variados serviços municipais, a nível operacional e técnico.

Perante os aspectos que acabámos de referir, e não obstante a sustentabilidade estrutural das finanças do Município, este orçamento falha na sustentabilidade das opções tomadas pelo executivo. E se não estamos perante uma Câmara com problemas nas contas, porque insiste o Partido Socialista numa estratégia que não é amiga dos munícipes, que favorece determinados grupos em vez de uma cidade capaz de oferecer qualidade de vida e oportunidades iguais a todos?

Esta é a pergunta a que o executivo deverá responder pois o Orçamento para 2017 falha redondamente neste objectivo.

Resumindo, perante este orçamento que nos é apresentado pelo Partido Socialista, Os Verdes não concordam com muitas das opções nele inscritas e com a orientação seguida, razão pela qual não podemos acompanhar esta proposta de orçamento, uma vez que contrariam as propostas que temos aqui apresentado e defendido ao longo de vários anos.

**Cláudia Madeira**

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”